

Uma língua viva, viva a Língua Portuguesa!

» LUÍS FARO RAMOS
Embaixador de Portugal no Brasil

Há dias, na nossa carreira profissional, que nunca esqueceremos. Em 17 de Outubro de 2019, eu estava em Paris, na sede da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) a assistir à proclamação do 5 de maio como o Dia Mundial da Língua Portuguesa. Era então presidente do Instituto Camões, que tem como uma das suas principais funções a promoção da língua portuguesa, e aquele acontecimento foi um dos mais impactantes que vivi. Porque o que se decidia nesse dia era muito mais valioso do que um ato formal. Era uma porta que se abria, o reconhecimento do valor e do potencial da quinta língua mais falada no mundo. Presto aqui tributo ao trabalho incansável do representante de Portugal junto da Unesco, o embaixador António Sampaio da Nóvoa, que mobilizou os seus colegas representantes dos restantes países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para aquela causa comum, que hoje é uma realidade. A língua portuguesa é a única língua não oficial das Nações Unidas a que é dedicado um dia mundial. E isso, esperamos, é um passo importante no sentido de a nossa língua vir a ser, um dia, língua oficial das Nações Unidas.

Hoje, no Brasil, onde tenho a honra de servir como embaixador de Portugal, celebro com muito entusiasmo o Dia Mundial da Língua Portuguesa. A situação sanitária que se abateu sobre o planeta não permite celebrar como desejaríamos. Mas o dia veio para ficar, e melhores ocasiões teremos no futuro para celebrar, aqui como um pouco por todo o mundo, o dia

da língua de José Saramago, Fernando Pessoa, Lídia Jorge, Mia Couto, Néida Piñon ou Clarice Lispector.

Ninguém como os poetas para expressar a beleza das coisas, para encontrar o sublime naquilo que à primeira vista é normal. Por isso, neste 5 de Maio de 2021, quando celebramos pela segunda vez o Dia Mundial da Língua Portuguesa, trago para este texto as palavras belíssimas pronunciadas pelo poeta português Manuel Alegre. “Essa é a língua que anda pelos cinco continentes, língua de diferentes identidades e culturas, em que as vogais, como já tenho dito, não têm todas a mesma cor. E em que as consoantes, como se sabe, em Portugal, assobiam, na África, cantam e, no Brasil, dançam. Quando os poetas brasileiros chegaram à minha geração, tiraram a gravata aos poemas que então escreviamos. Traziam outra frescura, uma linguagem menos convencional e mais despojada, “Uma faca só lâmina”, a” Rosa do

povo” e também “As três mulheres do sabonete Araxá”. Começamos a lê-los e às tantas estávamos em mangas de camisa a caminho de Pasárgada. Era a mesma língua e era outra. Uma e diferente.”

Como não nos maravilhamos perante uma língua cuja riqueza está na sua pluralidade, cuja força está na sua diversidade, cujo futuro está garantido entre as línguas mais faladas do mundo, e que se fala em todos os continentes?

Ontem, na Europa, hoje, na América Latina, amanhã, em África: eis o horizonte da Língua Portuguesa a espriar-se, como dizia o grande pensador Eduardo Lourenço, “pela mesma pele, queimada aqui e ali por sóis diferentes”.

Desde a proclamação da Unesco em 2019, o círculo de amigos da língua portuguesa vem-se alargando. Para lá da ação verdadeiramente notável que as instituições responsáveis, designadamente em Portugal e no Brasil, vêm empreendendo na promoção da língua, cada vez mais países se interessam pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a ponto de, hoje, os Observadores associados serem mais do dobro dos países membros daquela Comunidade.

Celebremos, pois, a língua portuguesa. “Sou poliglota dentro do nosso idioma”, disse Vinicius Terra esta semana, quando, ao lado de Dino D’Santiago e Sara Correia, apresentava o projeto “Meu bairro, minha língua”, a convite do Museu da Língua Portuguesa. Que melhor exemplo da riqueza e diversidade da língua que somos? Uma língua inclusiva, viva. Viva a Língua Portuguesa!



Mais vacinas, menos política

» NELSON MUSSOLINI
Presidente executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos

Infelizmente, e na hora errada, o debate sobre a ampliação de acesso às vacinas contra o coronavírus, no Brasil e no mundo, está sendo contaminado pelos que querem dar conotação ideológica e política a uma questão urgente de saúde pública, cujo caráter é exclusivamente tecnológico e gerencial. Este é o caso das propostas demagógicas de “flexibilização de patentes”.

Como se sabe, foi o extraordinário esforço mundial de indústrias farmacêuticas, governos e centros de pesquisas que resultou na obtenção das vacinas contra o Sars-CoV-2 em tempo recorde. Os direitos de propriedade intelectual não interferiram em nenhuma fase do processo de pesquisa e desenvolvimento desses imunizantes, nem estão prejudicando sua produção e distribuição em nenhum lugar do mundo. Uma coisa é certa, sem as leis de patentes, não teríamos vacinas sendo aplicadas em milhões de pessoas diariamente.

Não são as normas de propriedade intelectual que impedem a oferta de vacinas da covid-19. Esse fornecimento está condicionado à capacidade de produção e pelos limites de geração de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) e outros ingredientes por parte de fabricantes, no Brasil e no mundo, entre outros fatores técnicos e operacionais. Há uma corrida global, liderada pela indústria farmacêutica, para ampliar e acelerar a produção e a distribuição de imunizantes, fruto de um complexo processo de negociação e articulação que já está em curso, envolvendo questões científicas, tecnológicas, operacionais e

financeiras, entre outras. Quebrar patentes não acelera esse processo.

Todas as vacinas contra o Sars-CoV-2 disponíveis estão sendo desenvolvidas em regime de parceria entre indústrias farmacêuticas, centros de pesquisas públicos e privados e universidades. Algumas iniciativas se baseiam em transferência de tecnologia, como a parceria Fiocruz/AstraZeneca. Portanto, trata-se de aprofundar e ampliar essa colaboração.

Historicamente, a tese da “quebra de patentes” tem cumprido um papel meramente comercial: fortalecer o poder de barganha de governos em negociações com os laboratórios. Mas, aqui, a situação é outra. Especialistas internacionais, inclusive brasileiros, afirmam ser inviável o aumento imediato e relevante da produção de vacinas contra o coronavírus com a quebra de patentes, pois o início da produção demandaria altos investimentos públicos e demoraria muito — o longo período necessário para superar os desafios tecnológicos e produtivos envolvidos no processo de transferência de conhecimento, capacitação tecnológica, treinamento de profissionais, construção de fábricas, produção de insumos, confecção e montagem de maquinários etc.

Assim, paradoxalmente, em nome do “direito à vida”, os defensores da quebra de patentes das vacinas da covid-19, inadvertidamente, estariam condenando populações inteiras à morte, especialmente nos países pobres e em desenvolvimento, pois, no médio e longo prazos, essa iniciativa geraria enorme insegurança jurídica, cujo

resultado provável seria a retirada de atuais e futuros investimentos das indústrias farmacêuticas nesses produtos.

E, além de ameaçar a fabricação e o fornecimento de vacinas para atender às necessidades do Brasil no curto prazo, a medida afetaria todas as indústrias farmacêuticas instaladas no país (empresas nacionais e internacionais, públicas e privadas) que atuam de acordo com a Lei de Propriedade Intelectual brasileira e o Acordo Sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS) da Organização Mundial do Comércio (OMC), dentre elas as indústrias farmacêuticas internacionais e brasileiras que desenvolveram e fabricam as vacinas que estão imunizando dezenas de milhões de pessoas contra o Sars-CoV-2, no Brasil e no mundo.

Não será com canetadas e leis inócuas que vamos superar a dependência tecnológica do Brasil na área da saúde. Instaurar um ambiente propício à inovação requer um plano bem elaborado, com resultados que só serão obtidos em longo prazo e preservando os direitos de propriedade industrial. Nesse contexto, a Lei de Propriedade Intelectual brasileira é um mecanismo fundamental e indispensável.

Enquanto essa política de Estado não vem, a indústria farmacêutica está trabalhando arduamente para viabilizar a rápida produção dos bilhões de doses necessárias para controlar essa pandemia sem precedentes. É desse esforço que sairão soluções realistas e de largo alcance em prol das populações no Brasil e no mundo.

Visto, lido e ouvido

DESDE 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

A força da grana sobre o meio ambiente

No bate-boca entre o ministro Ricardo Salles e deputados que integram as comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Viação e Transporte, em reunião comandada pela deputada bolsonarista Carla Zambelli (PSL-SP), na segunda-feira, estranhamente nenhum dos lados em contenda tinha a posse de um naco sequer de razão. Chega a ser constrangedor ter que assistir a um espetáculo desse de tão baixa qualidade e significação para a sociedade, principalmente agora que o mundo passou a olhar com lupa as andanças protagonizadas pela equipe que cuida dessa pasta e que, ademais, faz apenas o que ordena o presidente e sua “assessoria paralela”, composta pelos mesmos personagens que colocaram o chefe do Executivo na mira da CPI da Covid.

É o que parcela da população escolheu ter no comando do país e na representação política no Congresso. Uma coisa é certa: os constantes bate-bocas entre representantes do governo e parlamentares têm servido apenas para levar ao descrédito, uns e outros, retirando-lhes as características primordiais de autoridades, essenciais para todo e qualquer Estado que se quer respeitado.

Os chamamentos de “moleque”, vindos de um lado e de outro, resumem bem o que foi essa reunião. São cenas que não são vistas apenas no Brasil, mas correm o mundo e dão um retrato bem acabado do que temos em mãos. Não há como negar que a questão do meio ambiente no Brasil nunca foi levada a sério. Por décadas, o balanço político armado em cima desse tema, com promessas e muita falação, jamais impediu o avanço do agronegócio sobre as florestas, o desmatamento, os incêndios e a morte de defensores das florestas.

Jamais serviu, também, para fechar os olhos do mundo sobre nosso descaso histórico com o nosso patrimônio verde. Com Bolsonaro, no entanto, o descaso com a preservação do meio ambiente é patente e sem encenações, tanto nos discursos quanto na prática. Na Cúpula do Clima, o presidente blefou, já que não vai cumprir nenhuma das metas para eliminação de carbono, tanto é que já cortou o orçamento para fiscalização e combate aos incêndios em mais de 34% neste ano em relação a 2019.

Salles sabe disso. Os Estados Unidos sabem e a Europa também. Tanto é que as maiores redes de supermercados europeus já anunciaram que irão parar de vender produtos do Brasil caso o projeto de lei nº 510/2021, que tem apoio do Planalto, seja aprovado. O referido projeto, poderá mudar radicalmente a lei brasileira de proteção das terras públicas, prevendo que aqueles que desmataram, mesmo ilegalmente, poderão se tornar posteriormente donos dessas glebas já ocupadas, numa inversão total do que seria minimamente razoável.

O mundo vê esses absurdos e sabe que, no atual governo, os níveis de desmatamento e de incêndios, tanto na Floresta Amazônica quanto no Pantanal, têm sido um dos maiores da história. O avanço da monocultura e do gado sobre as florestas e o Pantanal têm sido internacionalmente acompanhado pari passu e, por isso mesmo, chamado de marcha para a morte. Infelizmente, os interesses políticos e econômicos continuam, como nunca, a pautar o destino de nosso meio ambiente.

» A frase que foi pronunciada

“Não vou fugir e nem abandonar a luta desses agricultores que estão desprotegidos no meio da floresta. Eles têm o sagrado direito a uma vida melhor numa terra onde possam viver e produzir com dignidade sem devastar.”

Dorothy Stang

Campanha

» Sem cerimônia, um senhor baixou a máscara e espirrou dando uma chuva de de secreção em quem passava por perto. Já passou da hora de o Ministério da Saúde investir em campanha publicitária educando a população. As lições são pós-pandêmicas. Espirrar na dobra do braço, lavar sempre as mãos e manter a higiene pessoal: isso funciona para a vida toda.

estaria tudo bem. Mas levar 90 dias para pagar por serviços e não pagar um centavo a mais pelo atraso é uma beleza. Ou deve ser uma beleza para quem paga.

Bonito

» Bonita a foto que corre nas redes sociais onde os super-heróis se curvam para a passagem do corpo funcional hospitalar. Veja no *Blog do Ari Cunha*.

Palanque

» O que os políticos, principalmente da oposição, ainda não entenderam é que fazer da pandemia um palanque só vai provar que o presidente Bolsonaro sempre teve razão. Foi só cortar o dinheiro para todos serem contra ele. Quem não recebia subvenção do governo estava lá na Esplanada dos Ministérios. Alguém viu apoio? O povo estava lá. Só o povo. Povo só.

Pagador e cobrador

» Bem que o filósofo de Mondubim repetia que ótimos cobradores geralmente são péssimos pagadores. Basta ver a luta para conseguir receber precatórios do governo, ou prestar serviço para o Banco do Brasil. Nesse caso, se o atraso do pagamento fosse corrigido pelo mesmo valor do cheque especial,

» História de Brasília

Até hoje a Novacap não registrou um único lote de Taguatinga. Esta, a razão pela qual a Caixa Econômica não poderá financiar uma única residência naquela cidade satélite. (Publicada 01.02.1962)